

A nova sede para o CAU em São Paulo deverá reafirmar seu papel institucional, representando o papel social, coletivo, urbano e ambiental das diversas atividades profissionais ligadas à arquitetura e ao urbanismo.

Nos parece oportuna e exemplar a valorização do patrimônio histórico a partir da utilização e resgate de um edifício projetado pelo Escritório Técnico Ramos de Azevedo em 1920, representante da arquitetura eclética do Centro de São Paulo.

A abertura do piso térreo para a rua constitui um recinto público coberto capaz de trazer a cidade para o interior do edifício – café, exposições abertas, espaços de encontro – de modo semelhante às atividades propostas pelo CAU a partir da ocupação recente do edifício. Tais usos coletivos e cotidianos devem contribuir para a melhoria urbana dos calçadões pedestrianizados.

Por um princípio de subtração, propõe-se a demolição de blocos edificados no fundo do lote em reforma nos anos 1970, a fim de garantir iluminação, ventilação e, portanto, qualidade ambiental aos seus espaços internos. Simultaneamente, esta proposta traz luz às possibilidades de transformação dos miolos de quadra, como se esta ação inicial exemplar pudesse se expandir para os edifícios vizinhos, a fim de se constituir no futuro um piso térreo coletivo e integrador, a exemplo das inúmeras galerias comerciais que caracterizam nossas áreas centrais.

Este pequeno pátio posterior cria a oportunidade para a implantação de uma área verde no fundo do lote que simboliza as preocupações ambientais de nosso tempo, questão que também motiva o aproveitamento do vazio dos escritórios e o último pavimento com áreas vegetadas, surpreendentes contrapontos paisagísticos no cerne do edifício em relação ao ambiente construído da cidade.

Além de reconfigurar e ampliar a praça interna no nível da rua, identificou-se a necessidade de tornar mais franco o acesso aos pavimentos que acolherão programas públicos ou semi-públicos - áreas de trabalho compartilhado, atendimento, exposições, pesquisa e consulta. Para isso, propõem-se aberturas nas lajes e construção de uma nova escada, junto ao hall de elevadores, que interliga os quatro primeiros níveis do edifício, desde o subsolo, de forma a garantir coesão e potencializar o uso destes espaços, como continuação da praça pública no térreo.

O projeto procura avaliar de maneira criteriosa e atenta às restrições orçamentárias os novos requisitos relacionados a instalações, infraestrutura, segurança e circulações que os usos propostos demandam. Neste sentido, busca-se preservar, mas com as adequações necessárias, seja por atualização técnica ou normativa, os sistemas e equipamentos de maior porte - ar condicionado, reservatórios, entradas de energia, shafts, prumadas de instalações, escada de emergência.

A proposta prevê, no entanto, o acréscimo de um novo núcleo de infraestrutura no interior do edifício, com intuito de organizar as instalações que se pretende manter, mas também de abrigar novos espaços, infraestrutura e equipamentos de apoio - sanitários, copas e áreas de estocagem. Esta nova construção, que se repete com pequenas variações em todos os pavimentos, pressupõe utilização de elementos pré-fabricados, intervenção mínima na estrutura existente e reversibilidade.